



A TERRITORIALIDADE DOS CORPOS FEMININOS NEGROS

THE TERRITORIALITY OF BLACK FEMALE BODIES

Thaís Gomes do Santos – UERJ – Rio de Janeiro - Brasil

thaysgnt@gmail.com

RESUMO:

Nesse artigo, será apresentado de que maneira o corpo pode ser um território dentro do ambiente social, sendo este imbricado por conflitos. Vamos discutir aqui o território-corpo da mulher negra enquanto maioria marginalizada no sistema capitalista vigente, que fabrica desigualdades e tem como objetivo a manutenção do *status quo* daqueles que detêm o poder.

Palavras-Chave: Corpo, Território, Mulher Negra

ABSTRACT:

In this article, it will be presented how the body can be a territory within the social environment, being this imbricated by conflicts. We will discuss here the territory-body of the black woman as a marginalized majority in the current capitalist system, which manufactures inequalities and aims at maintaining the status quo of those in power.

Keywords: Body, Territory, Black Woman

INTRODUÇÃO

O processo de desterritorialização e a reterritorialização (HAESBAERT,2004) e dominação dos corpos-território ocorre pelo Estado¹. Como sucede esse transcurso na

¹ “Tendo em vista o meu objetivo, limitar-me-ei a registrar esta constatação de ordem puramente conceitual: o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física

existência das mulheres negras, é uma verdadeira luta pelos seus próprios direitos. Qual foi a trajetória dessas mulheres na construção do Brasil atual? Quais foram os embates travados pela imposição da inclusão precária desses corpos na formação da sociedade que ao mesmo tempo que as renega, é dependente dela? Essas serão as problemáticas abordadas nesse trabalho, que está dividido em três partes. No primeiro, é analisado a influência do biopoder (FOUCAULT, 1978) nos corpos femininos negros, no segundo como o território do corpo pode-se desterritorializar; e no último, a trajetória percorrida pelos corpos-território destas da escravidão a contemporaneidade.

CORPOS ADESTRADOS PELO BIOPODER

A ciência geográfica pouco discute sobre o corpo uma vez que os indivíduos em geral são vistos como aqueles que produzem o espaço ou o que é produzido por ele (SANTOS, 2002). Muito se fala na relação entre o homem e a natureza na geografia, entretanto essa análise se atém as modificações sócio-espaciais. Olharemos o corpo como um território considerando-o como receptor e refletor dos embates culturais, econômicos e sociais.

Trazendo a ideia de Mondardo (2009, p.2-3), o corpo é o primeiro território de construção de relações, dominação e poder. É nele que se tem o primeiro contato com o território. Desde o século XVII a sociedade junto ao Estado por meio do biopoder, conceito de Foucault (1978) para designar diversas medidas estatais com o objetivo de submeter os corpos e controlar a população, reestabeleceu uma nova relação com os corpo-indivíduos. Esse tipo de controle é capaz de moldar a direção que uma vida humana pode tomar. Controlam-se vidas através do biopoder.

O biopoder é marcado por uma hierarquia na qual a classe burguesa domina a classe trabalhadora, controlando assim, a mobilidade de seus corpos ou a imobilidade. A normalização dos comportamentos corporais é pensada pelo Estado como uma estratégia

legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. " (WEBER, 1993, p. 62).

de controle que determina o ir e vir. O adestramento dos corpos constrói a ordem social que transcorre no espaço territorial, rompe-se com a liberdade dos corpos em prol de alimentar o poder hegemônico.

Quando Lenin cita Engels (1917) e explica a relação entre o Estado e a prisão, que é responsável por enquadrar os indivíduos em uma lógica tida como verdadeira, estabelecida pelo próprio Estado, que ao negar ao prisioneiro o direito à liberdade também nega seus direitos como ser humano, ainda que esses sejam garantidos pela lei. O isolamento individual como punição só pode existir porque em seu contraponto existe o convívio coletivo.

Nessa lógica social da retirada de direitos, acredita-se que o caminho é o controle do corpo. É nesse aspecto que entram os corpos femininos negros. Vistos como uma massa de indivíduos, implica-se por criar uma organização territorial afim e garantir a ordem, por meio de sua marginalização. Além desse, o controle mental e da vida se fazem essenciais para compor o cenário atual, mantendo intactos os privilégios da burguesia.

O poder começa a se constituir para além da corporeidade dos objetos e passa a invadir a vida dos sujeitos que podem representar uma ameaça à ordem territorial e espacial criada pelo sistema. O poder é muitas vezes imperceptível ao impor seus ideais, este invade o corpo de maneira hábil e amena.

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1978, p. 8)

A sutileza do poder nas estruturas sociais é o que cria o estado de inércia social, principalmente daqueles que se encontram nas periferias e nos espaços de opressão, que são levados a acreditar que sua condição é inalterável, devido ao histórico de seus semelhantes. É nesse ideário que o biopoder invade as mentes e a existência afirmando-se como uma força ideológica. Sendo as ordens espaciais e territoriais vinculadas aos comportamentos sociais e como todo corpo é um espaço e um território, é ameaçado pelo

biopoder, que se apresenta com um caráter disciplinador em sua essência, em todos os espaços. Como observa Moreira (2002).

então, posta ao lado do hospital, do asilo, do cárcere, da escola na rede capilar dos espaços disciplinares, a fábrica potencializa os demais micro-espços, levando o padrão do seu arranjo disciplinar a reproduzir-se por todas as áreas da cidade. (p. 62)

É dessa forma que a dominação dos corpos é feita, também pelas instituições por meio do Estado. Nesse caso, dentro da lógica laboral, disciplinando os corpos dos sujeitos e naturalizando a imposição do poder. Dessa forma, é justamente o corpo que sofre a primeira violência tanto do Estado quanto do Mercado, quando este impõe por meio do poder uma maneira de viver.

assim, cada vez mais na sociedade de controle que tem como máquina de agenciamento o biopoder, o corpo aparece impreterivelmente como “primeiro” território a ser dominado/disciplinado/controlado pelo Estado e pelo Mercado. Estado que através de seus aparelhos ideológicos e de poder atua no sentido de legitimar uma determinada ordem e um sentido para a vida. Mercado que atua no sentido de construir uma “imagem correta” daquilo que deve ser apreendidos e seguidos pelos sujeitos através das coerções materiais (como o emprego e o desemprego, o controle sobre o tempo de trabalho e o tempo do não trabalho) e simbólica (como no jogo de enunciados produzidos e repetidos pela mídia). (MONDARDO, 2009, p. 9)

A valorização do território só existe porque há uma relação do homem com o meio, entretanto o homem é o meio quando e enquanto o produz. E essa relação sucede no corpo dentro do espaço. Por isso no corpo em sua individualidade. “O corpo se ordena em meio aos objetos, impulsionado por um termo único de seu movimento que é correlativo à sua intencionalidade”. (LIMA, 2007)

Os conflitos que decorrem na sociedade estão diretamente interligados a como o corpo-território reage a eles, ou seja, as ações em resposta direta na corporeidade territorial de modo e essa se privilegia ou prejudica de acordo com o tipo de conflito e imposição de poder que ocorre. Sendo assim o sujeito e o objeto são complementares. Cada corpo tem sua perspectiva de um mesmo conflito, os corpos femininos negros não são exceção e precisam ser ouvidos em sua plenitude, afinal são territórios de resistência dentro a sociedade mundial em específico a brasileira. Por isso, entende-se que o território-corpo feminino negro é um obstáculo para o sistema capitalista. Concordamos com Lima (2007) ao dizer que.

evidência histórico-geográfica que não poderíamos nos furtar de problematizar sob o risco de perder de vista um dos objetivos centrais desta pesquisa: afirmar o corpo como um meio de inflexão a toda ordem de determinações políticas, econômicas e morais próprias de todo aparelho de poder. (p. 66)

Neste momento o autor situa o corpo dentro o espaço geográfico mostrando o caráter político de sua existência. “O corpo é produto e produtor das relações sociais e territoriais [...] é elemento que cria relações, cria espaços e é espaço em constante movimento, vida e reprodução das relações” (MONDARDO, 2009). É neste cenário onde a mulher negra descobre seu corpo em meio aos conflitos nas relações que ela pode refletir para além e seu corpo e compreende-lo enquanto território. Conforme observa Grijalva (2012).

por otro lado considero mi cuerpo como el territorio político que en este espacio tiempo puedo realmente habitar, apartir de mi decisión de repensarme y de construir una historia propia desde una postura reflexiva, crítica y constructiva. Este proceso de habitar mi cuerpo ha adquirido una dimensión holística, puesto que lo he venido haciendo cada vez más desde una perspectiva integral, trenzando las dimensiones emocional, espiritual y racional. No considero que haya jerarquias entre ellas porque lastres dimensiones son igualmente importantes para revalorizar el sentido y la forma como quiero tocar la vida através de este cuerpo, como dice Margarita Pisano (2010), en especial para renunciar a los mandatos que impone el sistema patriarcal, racista y heterossexual que imperanen l a sociedade guatemalteca y a nivel mundial. (GRIJALVA, 2012, p. 6-7) ²

Quando o convívio social impede um corpo de transitar nu e torna-o lugar de vergonha encarcerando o corpo a um local fechado, o corpo sai do movimento público e passa ao movimento privado, não em todas as instâncias uma vez que em muitas situações o direito ao próprio corpo é negado, o que faz do movimento corpo para o espaço enquanto território ter variadas perspectivas individuais e sociais. São essas perspectivas moldadas, não por uma consciência social dos corpos, mas sim por decisões que fogem a alçada do indivíduo em sua singularidade, estas são compelidas culturalmente.

além de induzir-nos a práticas desconexas aos impulsos do corpo, atenuando um poder cujo exercício lhe é patente, a disciplina se instala no âmbito de nossas

²Por outo lado considero meu corpo como o território político que neste espaço tempo posso realmente habitar a partir da minha decisão de repensar-me e construir uma história própria de uma postura reflexiva, critica e construtiva. Este processo de habitar meu corpo tem adquirido uma dimensão holística, desde que eu tenho feito isso cada vez mais de uma perspectiva integral trançando as dimensões emocional, espiritual e racional. Não considero que haja hierarquias entre elas porque as três dimensões são igualmente importantes para revalorizar o sentido e a forma como quero tocar a vida através desse corpo, como disse Margarita Pisano (2010), em especial para renunciar aos mandatos que impõem o sistema patriarcal, racista e heterossexual que imperam na sociedade guatemalteca e a nível mundial. (Tradução nossa).

subjetividades, sondando nossas crenças, desejos e volições, ou seja, ela produz a subjetividade que arrefece o poder latente atravessado no corpo. Por isso as decisões do homem são, na maior parte dos casos, decisões alheias às suas próprias vontades. (LIMA, 2007, p.100)

Como aqueles em que o poder incide violentamente (mulheres negras) são mais pré-dispostos a tomar decisões de bem coletivo que os sujeitos onde o poder não viola seus corpos, tendo mais dificuldade e tomar decisões de maneira coletiva e tem seu foco individualizado pela personificação de si mesmo, até em situações em que não lhe competem. “Não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 1978)

Em suma, o corpo é como um papel, onde são escritas histórias e as histórias são resultado das vivências, ou seja, um reflexo social. O conhecimento é a única arma contra a instituição e as complexidades do mundo que não entendemos, o saber sempre foi propriedade as classes dominantes, utilizá-lo para construir a emancipação dos corpos humanos, é por sua vez um estado de direito. Então, já abordada a essência do biopoder do Estado no território-corpo das mulheres negras trazendo pontos de análise para refletir o conceito de território geográfico.

TERRITÓRIO-CORPO DESTERRITORIALIZADO

Em Haesbaert (2004) ao citar as definições de território pelo dicionário *Les Mots de la Géographie* “[...] uma terceira se refere a noção ao mesmo tempo “jurídica, social e cultural, e mesmo afetiva”, aludindo ainda a um caráter inato ou “natural” a territorialidade humana; ” Pode-se inferir que territorializar espaços faz parte da complexidade humana. Contrariando La Blache quando diz que “a geografia é uma ciência dos lugares e não dos homens”, o território trata justamente das relações, e essas sobrevêm na comunicação entre os corpos dentro do espaço.

Segundo Haesbaert e Limonad (1999), as noções de território podem ser compreendidas em três vertentes, política, cultural e econômica. Ao âmbito político é atribuída a imagem das instituições em geral, visando a dominação do espaço enxergando

esse como algo fixo e recortado de um contexto onde as relações entre espaço e poder são vigentes e administradas pelo Estado em sua maioria. No âmbito cultural compreende a maneira que o indivíduo se relaciona com o espaço suas vivências e os significados que carrega. Já no âmbito econômico o espaço imbricado pelos conflitos econômicos, tem o território como parte fundamental da luta e classes e da captação de recursos.

Desta forma, o território vai para além de suas fronteiras e controle institucional, esse conceito participa também o mundo das ideias quando incute ao indivíduo a responsabilidade de criar relações com o meio, para assim conceber nele seu corpo como ser humano dentro dos parâmetros sociais. A forma de valorização do território ou o vínculo que a vivência do corpo-indivíduo estabelece tem como objetivo criar um entendimento de território em uma escala maior, local, entre as pessoas que vivem o espaço e são o território. Portanto, o território é construído antes de tudo no mundo as ideias para posteriormente ser materializado no espaço ou não dependendo do prisma. De modo que.

se encararmos territórios como uma realidade efetivamente existente, de caráter ontológico, e não um simples instrumento e análise, no sentido epistemológico, como recurso conceitual formulado e utilizado pelo pesquisador, tradicionalmente temos duas possibilidades, veiculadas por aqueles e priorizam seu caráter de realidade físico-material ou realidade “ideal”, no sentido de mundo das ideias. Para muitos, pode parecer um contra-senso falar em “concepção idealista do território”, tamanha a carga de materialidade que parece estar “naturalmente” incorporada, mas, como veremos, mesmo entre geógrafos, encontramos também aqueles que defendem o território definido, em primeiro lugar, pela “consciência” ou pelo “valor” territorial, no sentido simbólico. (HAESBAERT, 2004, p.42)

Quando entendemos o corpo como um território subentende-se que a posse desse território está atribuída aquele que o habita. Contudo, não é bem assim. Como pudemos ver no início desse capítulo, estando o território diretamente atrelado as relações de poder que ocorrem no espaço, o Estado tem um papel fundamental no que podemos chamar de desterritorialização dos corpos. É ele que movimenta o sistema ao seu querer para obter os resultados desejados, onde retiram das mulheres negras seus direitos e em principal o direito aos seus corpos. Ou seja, a interferência do Estado nos corpos que são um território, tentam descaracteriza-los socialmente é um processo de desterritorialização, visto que.

percebendo a pobreza associada à disponibilidade de recursos, “recurso” deve ser visto na sua acepção mais ampla, o que inclui, no nosso entender, a própria dimensão espacial, ou seja, o território como “recurso”, inerente a nossa reprodução social. Com isto ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial – isto é, em outras palavras “desterritorialização”. Desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido “forte”, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como *exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade.* (grifos do autor) (HAESBAERT, 2004, p.315)

Sendo assim, na perspectiva explicitada nesse trabalho, dos corpos como território, e tendo como sujeito/objeto de estudo as mulheres negras, concentradas em sua grande maioria na base da pirâmide do capitalismo, se encontram como classe trabalhadora precarizada (IPEA, 2017), muitas vezes como linha e frente da terceirização compõem as classes mais pobres da sociedade, se encontram nas periferias urbanas e rurais, tem seus direitos limitados por apresentarem características que a estrutura patriarcal que rege a humanidade renega em sua integralização.

O que expõe, na essência do capitalismo uma de suas maiores contradições, que é negar o acesso destas pessoas aos espaços, enquanto dependem diretamente dessa força de trabalho para manter o seu poder hegemônico incidindo sobre eles. Também, a ausência de consciência de classe auxilia na manutenção desse cenário, mesmo que a vontade de mudar seja grande o sentimento de impotência daqueles que vivem à margem vivenciando cotidianamente a violência institucionalizada, paralisa. A exclusão apesar de condenar a vida de muitos, não é integral, ela separa para servir ao desejo de alguns mas inclui quando explora para manter o privilégio destes. Assim percebemos que.

(...) rigorosamente falando não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, suas esperanças, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações (...) constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando (p.14, grifos do autor). (HAESBAERT apud MARTINS, 2004, p. 316-317)

Deste modo então, a posição das mulheres negras na sociedade mesmo que excluídas não podem ser consideradas totalmente excluídas, são incluídas na exclusão, o que se pode caracterizar como inclusão precária e marginalizada desses indivíduos. São por sua vez, vítimas de processos sociais, políticos e econômicos que visam a segregação de sua existência. Desta maneira, a desterritorialização de seus corpos-território se torna

viável ao mesmo tempo em que se torna inviável, isso intercorre porque apesar destes serem capturados pelo biopoder, eles não deixam de habitar seus corpos, mas as diferentes escalas de poder que são exercidos sobre eles determinam suas ações no dia-a-dia e o modo de vida que elas terão durante suas existências.

Segundo Martins (1997) a problemática dos “excluídos” é agravada pelo modelo político neoliberal que estimula a inclusão precária destes, no qual visa a exploração máxima, com custo mínimo e a maior reprodução do capital. Esse modelo reforça a precarização do trabalho e financia a decadência trabalhista, sucateando os serviços públicos que servem justamente para dar apoio a essas pessoas que se encontram a margem da sociedade e não tem condições de recorrer a serviços pagos. São esses dependentes de escolas, hospitais, e proficuidades oferecidas pelo Estado e asseguradas, no caso do Brasil, pela Constituição Federal. Obrigações estas que o modelo neoliberal visa extinguir, retirando reponsabilidade estatal e incutindo à iniciativa privada.

Considerando a desterritorialização aplicada aos corpos-território, como o não controle ou dominação sobre seu próprio corpo em alguma instância ou momento da vida, pode-se entender que esse é um processo incompleto, que só se concretiza quando ocorre a violência direta, em que a mulher negra é assassinada de alguma maneira pelo Estado ou pelas instituições mantidas por ele dentro da sociedade que invisibilizam ou/e levam de alguma maneira, indireta ou diretamente as mulheres negras a óbito. E esse processo acontece precisamente por conta a exclusão compulsória, sem esse meio a dominação, segregação e aniquilação dessas pessoas seria mais árdua. Nesse sentido podemos notar que

[..] além da própria exclusão socioeconômica, um os principais fatores que alimenta esse processo é o que denominamos anteriormente de “eticização do território”, a delimitação de espaços exclusivos-excludentes onde a identidade étnica é um elemento central na definição do grupo e de seu território. A exclusão do Outro pode transitar entre sua completa dizimação (primeira modalidade de exclusão) e sua reclusão em espaços quase completamente vedados (segundo tipo e exclusão). (HAESBAERT, 2004, p. 334)

A partir disso, entende-se que as periferias são espaços de exclusão para manter o nosso objeto/sujeito de estudo, o território corpo das mulheres negras, encarcerado em uma única perspectiva que lhe tira as múltiplas visões da realidade e esses espaços têm raça, gênero e classe social quando falamos de mulheres negras num país patriarcal,

racista, e com rastro escravocrata como o Brasil. É quando se levanta o ponto do genocídio da mulher negra nesse país, e o primeiro passo para esse extermínio é justamente a reclusão destas em espaços tidos como menos importantes ou “invisíveis” tornando-as corpos transparentes ainda que ostensivos cotidianamente. O que não significa que essas pessoas que são levadas a viver nesses espaços não sejam capazes de estabelecer um vínculo com os mesmos. De modo que.

em muitos casos, como nas favelas de grandes cidades brasileiras, também pode ocorrer algo semelhante, com a população desenvolvendo laços com seu espaço vivido, mesmo em um território “funcionalmente” muito precário. Neste caso, como em geral há várias formas de reterritorialização no interior da favela, na maioria das vezes a condição de aglomerado de exclusão é transitória, revelando-se mais claramente em momentos de grave crise, como ocorre durante os conflitos entre os grupos de traficantes e a polícia. (HAESBAERT, 2004, p. 335)

Já falamos sobre como o Estado incide o biopoder nos corpo-indivíduos das mulheres negras. É necessário nesse momento trazer para a discussão os corpos-território das mulheres negras, estas as quais estão reservados os espaços de opressão, de dor e de marginalização. O processo de emancipação da mulher negra e principalmente periférica passa pelo entendimento do seu lugar no mundo e especialmente na busca pela reterritorialização de seu corpo por ela mesma, quando reivindica seus direitos como mulher, negra e pobre, ainda que com pouco ou nenhum apoio representativo dentro do Estado. Dito isso, no próximo subcapítulo porfia-se o percurso histórico-geográfico percorrido pelos corpos femininos negros da época do Brasil Colônia até os dias atuais e de que maneira esse processo ocorreu.

PANORAMA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

É fato sabido que origem da população mundial teve seu berço no continente africano, (descobertas feitas pelo paleontólogo Robert Broom³), na qual o clima é majoritariamente tropical o que pode explicar, a alta concentração de melanina na pele,

³ Robert Broom foi um paleontólogo e médico descobriu o mais completo crânio da espécie *australopithecus africanus*, revolucionando a paleontologia e provando que o berço da humanidade foi efetivamente na África.

muitas vezes caracterizando seu fenótipo como retinto. A historiografia dos negros no Brasil é salientada por marcas extremamente cruéis e desumanas. Primeiro retiraram-vos de suas terras para condená-los a uma vida miserável visando explorá-los até o fim de seus dias e nesse meio tempo, fazendo suas vidas no Brasil as mais sofridas possível. Marcados pela violência de castigos físicos e traumas psicológicos, apagando todos os registros de sua cultura e obrigando-os a viver de acordo com os costumes do homem branco.

Trazendo essa visão para as mulheres negras, estas tiveram suas vidas ceifadas e seus laços afetivos desfeitos. Foram violentadas, tiveram seus direitos retirados assim como suas famílias também, foram literalmente desumanizadas e tiveram suas vidas esvaziadas de sentido. Obrigadas a cuidar de filhos que não eram seus e servir famílias que não eram as suas, reproduzir para aumentar o quantitativo de escravos, muitas vezes optando por assassinar seus próprios filhos ou suicidar-se.

Após a Lei Áurea (1888), foram deixados à própria sorte para integrar a sociedade e o mercado de trabalho sofrendo com o racismo que se institucionalizou. Sem direito a educação e muitas vezes renegados as oportunidades de trabalho, compuseram na classe mais pobre da sociedade sobrevivendo como podiam. Criaram escolas, para se auto ensinar porque não eram aceitos nas escolas públicas. Criaram movimentos como o Movimento Negro Unificado para reivindicar seus direitos e principalmente, o direito à vida. É de uma necessidade de um recorte de gênero dentro desse movimento que nasce outro movimento denominado feminismo negro. Afim de reivindicar igualdade e também a emancipação de seus corpos-território moldados pela cultura patriarcal que as subjuga em âmbito social.

Em Haesbaert quando cita García (2004, p.70), dizendo que um território é culturalizado e socializado justamente porque o entorno que compõe a sua vivência, carrega significado e esse é capturado pelo corpo, deixa claro que a vontade crescente das mulheres negras a retomada de direitos é derivada de uma cultura de 500 anos de violação desses direitos. Mostrando que o território é uma acepção das pessoas, e que só existe pelo significado que é depositado nele pela cultura do homem. Esse elo é estabelecido,

pela memória, percepção ou sentimento que o indivíduo tem das relações enquanto esse recebe constantemente o reflexo delas em seu território-corpo. Destacamos que.

o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos, afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico (1996:10). (grifos do autor) (HAESBAERT apud BONNEMAISON E CAMBRÉZY, 2004, p.72)

Desta maneira, perder seu território é desaparecer como indivíduo, como ser social. Nesse sentido pode-se entender tanto os corpos como território que é o nosso foco nesse primeiro capítulo quanto o processo de desterritorialização dos corpos pelo Estado já discutido acima. É necessário destacar também o fato do Estado estar sempre apoiado pela burguesia, em que os mais ricos financiam essas perspectivas que com a principal finalidade de manter o abismo social. Sendo o corpo-território algo fluído, ele se movimenta constantemente em direções em que não é ansiado.

por outro lado, não se trata simplesmente de priorizar o expressivo sobre o funcional, mas de reconhecer sua permanente imbricação. Se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, luxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento dotado e significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui. (HAESBAERT, 2004, p. 281)

Portanto, quem constrói o corpo-território da mulher negra é ela mesma a partir do meio e de quando resiste ao senso comum, disposta a criar uma nova noção de si mesma. Quem dele usufrui é a parte mais aflitiva pois desde o início da história a força de trabalho da população negra e feminina do Brasil sempre foi subserviente as classes dominantes. Sendo assim, é claro que os significados desse território pelas duas instâncias são completamente destoantes. Uma tem esse território como resistência, sobrevivência e como área de enfrentamento e em contrapartida o outro tem como força e exploração para a obtenção de lucro e aumento de riqueza.

Em âmbito trabalhista, as mulheres negras são as que menos têm escolaridade e também as que recebem os menores salários em comparação a homens negros, mulheres brancas e homens brancos (IBGE, 2016). Ainda que as mulheres negras alcancem o ensino superior, enfrentando a desigualdade e o racismo que reduz as oportunidades em esfera nacional para elas, estas recebem menos ainda que esteja ocupando o mesmo cargo, vestígio do racismo sustentado pelo machismo. Mas para fazer esse recorte é necessário

chegar a esse lugar, porém, em sua grande maioria as mulheres negras não conseguem concluir nem o ensino fundamental o que as leva a serviços (quando conseguem) em sua grande maioria de setores terceirizados, muitas vezes com jornada tripla de trabalho.

O Estado junto à burguesia encontra na mão de obra feminina negra o respaldo que precisa para aumentar a exploração sem diminuir a concentração de capital. Com rastros escravocratas, a exploração nunca cessou, as correntes apenas mudaram. A senzala moderna coloca mulheres negras como babás, diaristas e auxiliares de limpeza no qual podemos fazer um paralelo direto com as funções que essas mesmas mulheres exerciam no período escravagista brasileiro. A impressão de que progredimos como sociedade é muito rasa, basta observar com atenção os comportamentos que mantemos e retirar o filtro da modernidade que a permanência das opressões se apresenta. A exploração histórica dessas mulheres, se não as tornou mais pobres, as manteve no mesmo espaço de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui o corpo como um território de luta das mulheres negras transpassados pelo biopoder do Estado e muitas vezes violados por ele. Descrevemos a trajetória histórica para chegar até aqui e cotejando os seus trabalhos no século XVIII e no século XXI colocando em pauta o sistema capitalista que explora incessantemente o trabalhador em especial as mulheres, pobres e pretas afim de aumentar a acumulação de capital dos mais ricos.

REFERENCIAS

Estudo mostra desigualdade de raça e gênero em 20 anos
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526> Acesso em: 31 de outubro de 2018.

FOUCAULT, Michel “**Microfísica do Poder**” 28.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GRIJALVA, Dorotea. “**Mi cuerpo un territorio político**” En: Voces Descolonizadoras. Cuaderno 1. Ed. Brecha Lésbica. 2013

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização.** GeoUERJ, Rio de Janeiro, UERJ, v. 3, n. 5, 1999.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, Elias Lopes de **“A REINVENÇÃO DA CORPOREIDADE: o cotejo entre a tradição moderna e a tradição indígena”** 2007. 212f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MOREIRA, Ruy. **O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa.** In: Território, território(s). Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGE UFF/AGB – Niterói, 2002. PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru, SP: EDUSC, 2005.

MONDARDO, Marcos Leandro **“O Corpo enquanto “Primeiro” Território de Dominação: O Biopoder e a Sociedade de Controle”** Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/modardo-marcoso-corpo.pdf

PME confirma desigualdades raciais
<<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/04062004pmecoreshtml.shtm>>
Acesso em: 31 e outubro e 2018.

SANTOS, Milton **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

WEBER, Max. **Ciência e Política, Duas Vocações.** São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

Thaís Gomes do Santos

Thaís Gomes do Santos – Graduada em geografia pela UERJ.

Recebido para publicação em 31 de outubro de 2018.

Aceito para publicação em 18 de novembro de 2018.

Publicado em 24 de novembro de 2018.